

Revolução dos fundos de pensão

• O Senado ontem iniciou uma revolução nos fundos de pensão. Nos projetos que foram aprovados (o PL 1 e o PL 63) ficou estabelecido que toda a diretoria-executiva dos fundos de pensão tem que ser profissional: será proibido um funcionário da empresa patrocinadora ser diretor do fundo de pensão. Hoje, na maioria absoluta dos fundos estatais — exceto a Petros — toda a diretoria é formada por funcionários eleitos ou indicados, mas que são sempre da empresa patrocinadora.

Esta emenda foi apresentada pelo senador Waldeck Ornélas e nos próximos anos forçará a profissiona-

lização dos fundos, sejam eles de estatais ou de empresas privadas.

Outra proposta aprovada é igualmente revolucionária: daqui para diante os fundos de pensão não poderão mais comprar o controle de empresas ou participar do bloco de controle.

— Isto não tem efeito retroativo, portanto nada muda nas empresas que têm os fundos no controle, mas daqui para a frente esta distorção será proibida — diz o ministro Roberto Brant, que ontem comemorava a dupla vitória.

Os projetos voltam à Câmara, mas direto para o plenário e apenas com as questões que foram alteradas.